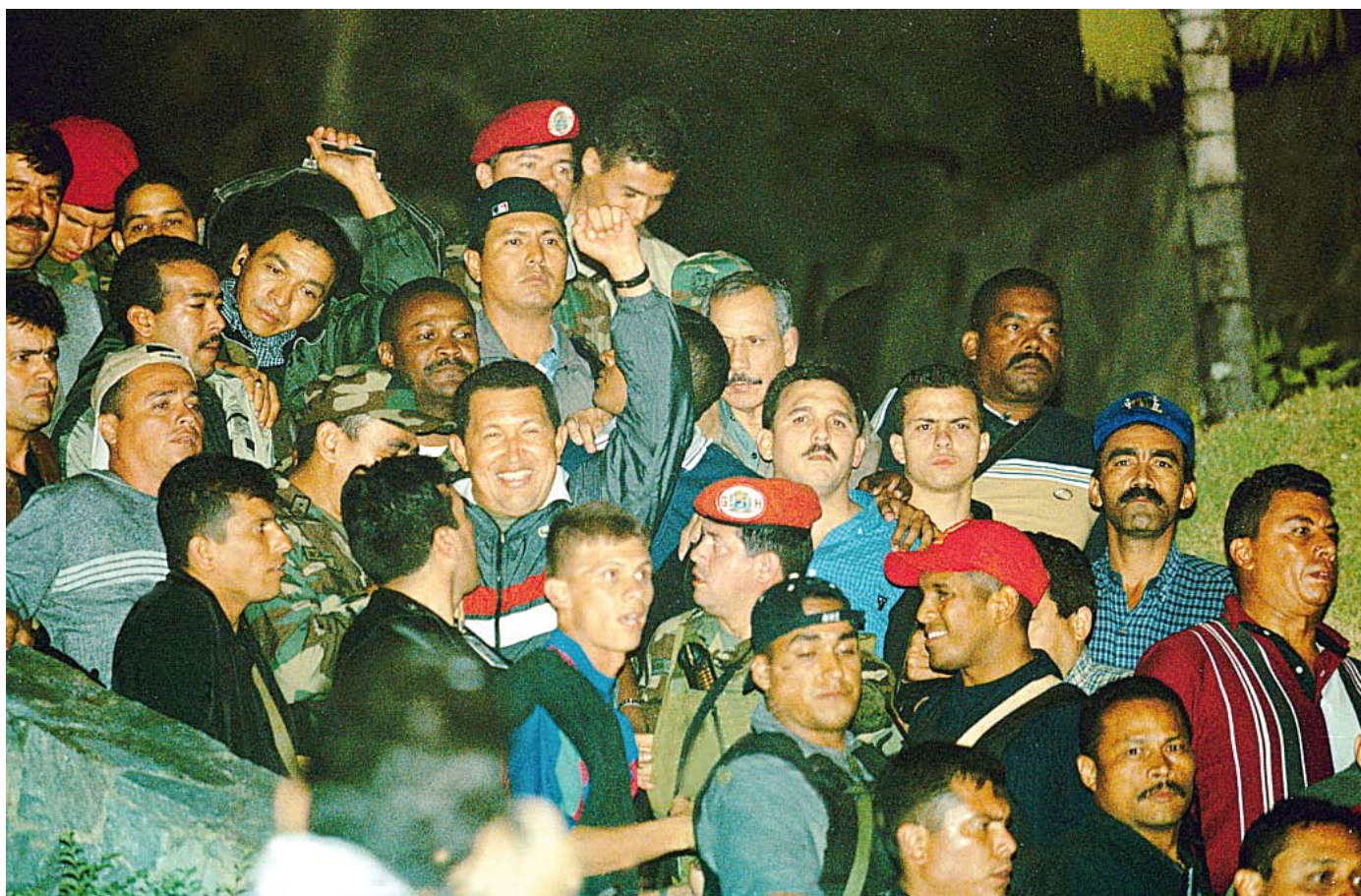


ATAQUE MUDIÁTICO À DEMOCRACIA E AOS PROJETOS NACIONAIS

Frederico Füllgraf
Jornalista

“...Nossos adversários dizem: ‘Sim, anos atrás, nós garantimos a liberdade de opinião a vocês’. Sim vocês a nós! Mas esta não é uma prova de que nós a devemos garantir a vocês! Que vocês a deram a nós é apenas uma prova do burros que são!”

Joseph Goebbels
(discurso, 4/12/1935)



Hugo Chávez reassume em 2002

Em uma audiência para rádios e televisões católicas, ocorrida em março de 2014, ninguém menos que o Papa Francisco declarou: “Hoje, o clima midiático tem suas formas de envenenamento. As pessoas sabem, percebem, mas infelizmente se acostumam a respirar do rádio e da televisão um ar sujo, que não faz bem. É preciso fazer circular um ar mais limpo. Para mim, os maiores pecados são aqueles que vão na estrada da mentira, e são três: a desinformação, a calúnia e a difamação”.

O uruguaio Aram Aharonian, fundador da TeleSur, alerta: “Vivemos em plena batalha cultural: a guerra pela imposição de imaginários coletivos se dá através de meios cibernéticos, audiovisuais e da imprensa... São golpes baixos permanentes, notícias que não têm contextualização, mas que conseguem impactar o coletivo e já foram empregadas para desestabilizar os governos populares da América Latina”.

Está em curso a insurreição impulsionada por um “latifúndio midiático” contra os governos da Venezuela e Argentina, do Brasil e Equador, assinala Ignacio Ramonet, ex-diretor do *Le Monde Diplomatique*: “A principal batalha a ser esgrimida pelos governos democráticos e distribuidores de renda na América Latina é a da comunicação”.

No Brasil, enquanto hesita em aprovar a regulação do mercado de comunicação, prometida em campanha, o governo Dilma Rousseff vai perdendo a batalha. Na Argentina e no Equador, com penosa tramitação judicial, foram adotadas leis de regulação de mercado e de políticas

de comunicação, que não conseguiram conter as escaladas dos jornais *Clarín* (Buenos Aires) e *El Universo* (Quito). No recém-lançado livro *La internacional del terror mediático* (Buenos Aires, 2015), Aharonian fulmina: “Sem uma democratização da comunicação é muito difícil que tenhamos novas sociedades e democracias mais inclusivas e mais equitativas”.

Concertações e conspirações midiáticas não são novidade no Brasil, cuja frágil república enfrentou duas delas: a partir de 1950, o ataque cerrado ao governo Getúlio Vargas, e — pela mesma falange constituída por *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Diário de Notícias*, *O Estado de S. Paulo* e os *Diários Associados* — a desestabilização do governo João Goulart, entre 1961 e 1964. Vejamos agora, resumidamente, como se deu na Venezuela a acachapante promiscuidade e envolvimento institucional da mídia privada em um golpe de Estado.

Pesquisa feita por Eva Golinger, uma advogada norte-americana, revelou que em 64 dias de locaute na Venezuela as quatro maiores emissoras de TV trocaram os programas habituais por nada menos do que 17.600 anúncios contra o governo Chávez

Ao obter folgada maioria de 56,20% dos votos, em 6 de dezembro de 1998, o então tenente-coronel da reserva Hugo Chávez, candidato de uma frente ampla, nacionalista e progressista, elegeu-se presidente da Venezuela com um projeto de reformas centradas na nacionalização do petróleo e no combate à pobreza, na qual estavam mergulhados 43,9% da população.

Consciente da oposição que lhe fariam a tradicional oligarquia e as novas forças neoliberais, Chávez vislumbrou uma reforma da Constituição como ferramenta jurídica para deslanchar os programas prometidos em campanha. Para legitimar a reforma, realizou-se o Referendo de abril de 1999, mediante o qual 87,75% dos eleitores se pronunciaram favoravelmente a uma Assembleia Constituinte e a uma nova Constituição. Promulgada em dezembro de 1999, ela garantiu a reeleição de Chávez em 30 de julho de 2000. Em novembro do mesmo ano, a Assembleia Nacional aprovava a *Ley Habilitante*, que dotou o presidente de poderes especiais para aprovar um pacote de 49 medidas de notável impacto social e político.

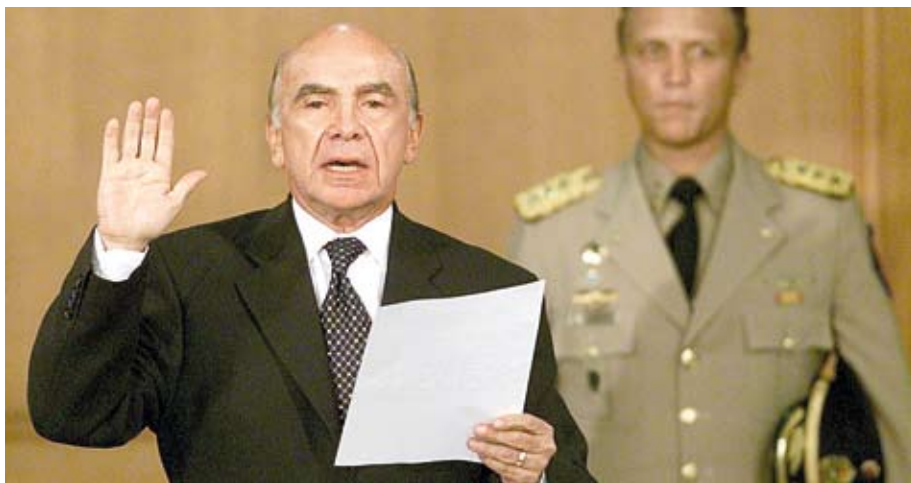
Da *Ley Habilitante* derivaram a Lei Orgânica de Hidrocarburetos, que aumentou em 30% a tributação das petroleiras transnacionais e fixou em 51% a participação acionária do Estado nas sociedades mistas, como a Petróleos de Venezuela (PDVSA), na qual Chávez denunciara uma “caixa preta” de operações ilícitas; a Lei de Pesca, que proibiu a pesca industrial de arrasto, com benefícios para os pescadores artesanais; e a Lei de Terras e

Desenvolvimento Agrário, que permitiu a expropriação de latifúndios, beneficiando camponeses sem terra e pequenos agricultores.

Mal foram aprovadas, o setor empresarial e seus partidos as acusaram de “inconstitucionais”, e ao governo Chávez de “anti-democrático”. Confrontacionista, já em 10 de dezembro de 2001 a central patronal Federação Venezuelana de Câmaras de Comércio (Fedecâmaras) conclamou a Venezuela a uma greve geral patronal “de advertência”, com palavras-de-ordem pela renúncia de Chávez.

A advogada norte-americana Eva Golinger, citada pelo jornalista Renato Rovai no livro *Midiático poder: o caso Venezuela e a guerrilha informativa* (São Paulo, 2007), revelou os resultados de pesquisa que conduziu, segundo a qual nos 64 dias do locaute as quatro principais emissoras de TV suspenderam sua programação habitual, banindo da grade comerciais, telenovelas e desenhos animados, para inserir nada menos do que 17.600 anúncios contra o governo, que incitavam à sabotagem da economia.

Como trama paralela, em março de 2002 a criminalização de Chávez alcançava o paroxismo. No ultra-conservador *El Nacional*, editoriais eram substituídos por manchetes garrafais como “O terrorismo está entre nós” (15/3/2002), ou “Hugo Chávez confessou ser o chefe de uma rede de delinquentes” (21/3/2002), insinuando que “fontes dos serviços secretos revelaram acordos feitos com elementos ligados ao Hezbollah [...] controlados pela Embaixada do Irã”.



Na Venezuela, golpista Pedro Carmona assume a presidência (2002)

Partido xiita, legalmente constituído, e maior rede de assistência médica e social do Líbano, o Hezbollah fora colocado na lista de países e organizações “terroristas”, urdida pelo Departamento de Estado dos EUA e países europeus, aliados de Israel. Ridiculamente, até meados de 2015 Cuba também figurava nesta “lista negra”. Apropriando-se da difamação, a intenção de *El Nacional* foi comprometer Chávez com o “eixo do mal”.

No Brasil, Olavo de Carvalho e Reinaldo Azevedo tentaram vincular o governo Lula às FARC e ao narcotráfico, esgrimindo uma teoria da conspiração segundo a qual o Foro de São Paulo seria núcleo de uma intentona continental para instalar uma “pátria grande comunista”

“Insultado, comparado a Fujimori, Idi Amin Dada, Mussolini e Hitler, tratado como fascista, ditador e tirano, o presidente ‘bolivariano’ sofre ataques que, em qualquer país, dariam lugar a uma ação legítima por ofensa ao chefe de Estado”, anotava Maurice Lemoine em seu emblemático ensaio “*Dans les laboratoires du mensonge au Venezuela*”, publicado por *Le Monde Diplomatique* em agosto de 2002.

No Brasil, factóide semelhante seria plantado anos mais tarde por Olavo de Carvalho, dublê de articulista e astrólogo, e reverberado pelo jornalista Reinaldo Azevedo, blogueiro da revista *Veja* e sorte de porta-voz midiático dos porões da extrema-direita: tentava-se vincular o governo Lula às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e ao narcotráfico (“Relações perigosas: as FARC, o PT e o Governo Lula”, *Veja*, 16/5/2010), esgrimindo uma teoria da conspiração repetida *ad nauseam*, segundo a qual o Foro de São Paulo, coordenação de partidos de esquerda e nacionalistas latino-americanos, seria o núcleo de uma

intentiona continental para instalar uma “pátria grande comunista”.

Desde a chegada de Chávez à presidência, “os cinco principais canais de televisão privados — Venevisión, Radio Caracas Televisión (RCTV), Globovisión, Televen e CMT — e nove dos dez grandes jornais nacionais (*El Universal, El Nacional, Tal Cual, El Impulso, El Nuevo País, El Mundo* etc.) substituíram os partidos políticos tradicionais, relegados ao vazio pelas vitórias eleitorais do presidente”, resume Lemoine na sua crônica.

Quatro meses após sua reeleição, na madrugada de 12 de abril de 2002, Hugo Chávez é preso por um comando golpista do exército venezuelano e abduzido à ilha de Orchila, distante 160 quilômetros da capital. A maioria dos meios de comunicação anuncia sua “renúncia”, mas não apresenta qualquer declaração de próprio punho de Chávez, ou gravação em vídeo. Naquelas horas, no maior canal privado de TV, o Venevisión do multimilionário Gustavo Cisneros, reina clima de confraternização de militares com jornalistas. “Tivemos uma arma de importância capital: a mídia. E como se apresenta a ocasião, aproveito para felicitá-la por isso”, declara ao vivo o vice-almirante Victor Ramírez Pérez à apresentadora Ibéyise Pacheco. Vaidosa, Pacheco admite que “há muito tempo” mantinha ligações privilegiadas com os oficiais golpistas. Sua colega Patricia Poleo, surpreendentemente bem informada, anunciava à TVE espanhola: “O próximo presidente será Pedro Carmona”.

De fato, às primeiras horas de 13 de abril, Pedro Carmona, líder da Fedecámara, toma posse como presidente *de facto*. Dissolve a Assembleia Nacional e a Corte Suprema com uma só canetada e declara letra morta a Constituição Bolivariana de 1999. Neste dia, Ibéyise Pacheco e Patricia Poleo são incensadas como as grandes vedetes da TV venezuelana e farão carreira não como profissionais do jornalismo, mas como militantes de um fenômeno doravante conhecido como *mídia golpista*.

Previsivelmente, Estados Unidos e Espanha, incentivadores dos golpistas, precipitam-se, reconhecendo quase imediatamente o espúrio governo Carmona. Mas o Chile, governado então pelo “socialista” Ricardo Lagos, junta-se também a eles.

Alarmados, eleitores e simpatizantes de Chávez acodem às ruas de Caracas. A Polícia Metropolitana tenta, mas não consegue debelar as multidões que tomam a cidade. Em menos de 48 horas, forças constitucionais do Exército libertam Chávez. Eleito em 1998, “relegitimado” em 1999 e reeleito em 2002, 2006 e 2012, ele assumiu seu terceiro mandato como alvo de uma escalada midiática sem precedentes, na qual todas as armas da guerra psicológica (factoides, mentiras, difamação, incitação à violência e ao golpe de Estado) foram empregadas.

Em 2013, quando Chávez faleceu e Nicolás Maduro assumiu o governo, Pacheco e Poleo emigraram para Miami, onde dão continuidade ao *periodismo basura*, que em suas páginas do Facebook pede “curtidas” da extrema-direita continental.

Fenômeno ainda não suficientemente estudado, durante os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff o Brasil foi tomado de assalto por fundações e ongs (institutos Liberal, Millenium e outras) que incitaram manifestações de 2014 e 2015

A escalada anti-Chávez ganhou em intensidade após o anúncio feito por ele, no V Foro Social Mundial (Porto Alegre, 2005), do “Socialismo do século XXI” como programa de governo, e a fundação, em 2008, do Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV).

É oportuno recordar que naqueles anos ocorriam protestos na Ucrânia, conhecidos como “Revolução Laranja”, que culminaram com a anulação da vitória eleitoral de Viktor Yanukovich à presidência e um segundo escrutínio ordenado pela Suprema Corte (submetida a uma escalada ensurdecadora na mídia internacional), que consagrou Yushchenko como vitorioso sobre Yanukovich, com 52% contra 44% dos votos.

Investigações sobre a “Revolução Laranja”, entre elas do *The Guardian* londrino, concluíram que o principal articulador dos protes-



tos era Givi Targamadze, ativista que em 2003 instalara na vizinha Georgia um governo aliado da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), feroz inimigo da Rússia, contra a qual instigaria a guerra de 2008. Targamadze tinha ligações com uma organização denominada “Instituto Liberdade”.

Ora, o Instituto Liberdade está presente no Brasil. Sua filial opera em Porto Alegre e integra uma rede de 40 *think tanks* distribuídos por América Latina e Caribe. Entre seus curadores internacionais constam diretores da Mont Pelerin Society (MPS), com sede na Suíça, fundada por luminares do pensamento neoliberal militante, como Ludwig von Mises, Milton Friedman e Friedrich Hayek — os dois últimos sempre lembrados como consultores da política econômica da ditadura de Augusto Pinochet, no Chile.

Na rubrica “Quem Somos”, o instituto apresenta-se como uma “organização não governamental” (ong) e resume sua missão neoliberal militante: “O Instituto Liberdade é um *think tank* por excelência, pois firma-se no mercado local, nacional e internacional como produtor de idéias e construtor de influências. [...] O Instituto Liberdade defende o Estado de Direito, a descentralização do governo, a economia de mercado e apóia os empreendedores intelectuais multidisciplinares na produção de análises e recomendações em políticas públicas, seguindo os preceitos da Escola Austríaca de Economia” (<http://goo.gl/fuSdrk>).

Fenômeno ainda não suficientemente estudado, durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff o Brasil foi tomado de assalto por uma plethora de fun-

dações e ongs (como os institutos Liberal, Millenium e outras) que incitaram as manifestações de 2014 e 2015, usadas pelo PSDB contra o governo federal e nas quais grupos de extrema-direita conquistaram um protagonismo que não se via há muitos anos. Prova disso é a desenvoltura com que circulou nessas marchas o ex-delegado Carlos Alberto Augusto (“Carlinhos Metralha”), identificado como torturador pela Comissão Nacional da Verdade: ele chegou a discursar em defesa da Ditadura Militar e do fuzilamento de militantes de esquerda.

O cientista político Gene Sharp, da Universidade de Ohio, é apontado como estrategista de operações subversivas ditas “não-violentas” e mentor do conceito de “golpe de Estado brando”. Seu livro, *Da ditadura à democracia: uma estrutura conceitual para a Libertação*

(Bangkok, 1993), financiado pelo Instituto Albert Einstein, de Boston, traduzido para vários idiomas, inclusive o português, e disponível em PDF na internet, ainda hoje é cultuado como bíblia e manual das organizações de extrema-direita na América Latina.

Em 2013, o Congresso do Equador aprovou a Lei Orgânica de Comunicação, que proibiu, de forma inédita na América Latina, que bancos sejam sócios ou controladores de veículos de comunicação. Neste momento a campanha do jornal El Universo contra Rafael Correa foi encampada pela mídia escrita espanhola

Segundo Sharp, a estratégia do “golpe brando” pode executar-se em cinco etapas hierarquizadas, ou implementadas de modo simultâneo, assim resumidas por Enrique Alfonso Rico Cifuentes (*La guerra mediática y el “golpe suave”*, Argonpress, 4/5/2014):

“1ª. *Criação de matrizes de opinião*, centradas em déficits reais ou potenciais, cavalgamento (= reiteração) de conflito e descontentamento, denúncias de corrupção, etc.; 2ª. *Deslegitimação*: manipula-

ção de preconceitos anticomunistas, acusações de totalitarismo e pensamento único; 3ª. *Esquentamento das ruas*: reiteração de conflitos, fomento de passeatas e marchas, expondo falhas do governo; 4ª. *Combinação de diversas formas de luta*: marchas convertidas em plataforma publicitária, operações de guerra psicológica, criação de clima de ingovernabilidade, boataria de golpe militar; 5ª. *Forçar a renúncia da/o Presidente de turno*: arruaças, provocação de guerra civil, contemplando a ‘destituição constitucional’ do Presidente”. Quem acompanha o desenrolar da cena brasileira ao longo de 2014 e 2015 certamente encontrará fortes coincidências com este *script*.

Ao reduzir os índices de pobreza de 38,3% para 25,8% em oito anos e resgatar da miséria 1,3 milhão de equatorianos numa população de 15,7 milhões de habitantes, desde que assumiu seu mandato presidencial, em 15 de janeiro de 2007, Rafael Correa é uma pedra no sapato dos “mercados” e da geopolítica dos EUA.

Em 2009, o equatoriano rompeu o acordo que permitia aos EUA manter uma base militar em Manta e em 2013 a Corte Nacional de Justiça condenou a petroleira Chevron (ex-Exxon) a pagar US\$ 9,5 bilhões por graves danos ambientais na Amazônia equatoriana. No primeiro semestre de 2015, bastou Correa submeter ao parlamento seu projeto de lei sobre taxaçaõ de heranças e vendas de bens de raiz (baseando os tributos não no valor em escritura, mas segundo a valorizaçaõ no mercado: “*impuesto de plusvalía*”), elite e classe média equatorianas

foram à luta com gritos de “Fora Correa!”.

A campanha midiática lançada contra a Alianza País de Correa data de 2007, mas recrudescu em fevereiro de 2012, quando a Corte Nacional do Equador ratificou a sentença contra *El Universo* por injúria a Correa. O motivo: segundo editorial deste jornal intitulado “*NO a las mentiras*” (6/2/2011), durante o motim de 30 de setembro de 2010 contra a lei que previa cortes nos salários da polícia, apelidado “30S” (motim este unanimemente caracterizado por observadores e mídia independentes como tentativa de golpe de Estado), Correa mandara uma tropa que lhe era leal abrir fogo contra um hospital repleto de civis. *El Universo* decidiu, assim, definir Correa como “ditador sanguinário” que cometera “crime de lesa-humanidade”.

O editorial não correspondia aos fatos. Seu autor, Emilio Palacio, foi condenado a três anos de prisão e o jornal a uma reparação de danos morais no valor de US\$ 40 milhões. Posteriormente, editorialista e jornal tentaram safar-se da sentença e pediram desculpas. Correa perdoou o crime de imprensa, mas antes disso Palacio preferiu pedir “asilo político” aos EUA, onde dá continuidade ao cerco midiático ao governo equatoriano. Em outubro de 2012, Palacio foi recompensado ao receber o Prêmio “Columnista del Mundo”, ruidosamente outorgado pelo jornal conservador espanhol *El Mundo*, espécie de porta-voz do Partido Popular.

Quando o Congresso equatoriano aprovou a Lei Orgânica de Co-

municação, em 2013, estabelecendo a proibição, inédita na América Latina, de bancos como sócios ou controladores de veículos de comunicação, a campanha do *El Universo* foi encampada pela totalidade da mídia escrita espanhola: os franquistas *ABC* e *La Vanguardia*, os jornais do grupo Prisa *El Mundo* y *El País* (envolvidos com o PSOE), e a agência noticiosa EFE, cujo principal acionista é o Estado.

Na América Latina, o grupo espanhol Prisa controla emissoras de TV e rádio na Bolívia, Colômbia, México, Argentina. Neste último país associou-se aos grupos proprietários dos jornais Clarín e La Nación na empresa Papel Prensa



Rafael Correa toma posse em 2007

econômicos e financeiros, pode-se às vezes compreender a razão de tais ‘sinergias’”. Uma delas entrou em ação quando o governo Cristina Kirchner decretou a expropriação da multinacional Repsol (controlada por capitais espanhóis) no consórcio petrolífero YPF, tornando-se objeto de furiosa campanha de *El País* contra a Argentina.

Na América Latina, a *holding* Prisa controla um canal de TV e três jornais da Bolívia, bem como várias das emissoras mais influentes do continente, como a TV Caracol na Colômbia, Grupo Latino de Rádio, Radiópolis no México. Na Argentina possui a Rádio AM 590 e é sócia dos grupos proprietários dos jornais *Clarín* e *La Nación* na empresa Papel Prensa: juntos tornaram-se donos de 90% do papel de impressão para jornais e revistas na Argentina.

A excelente investigação realizada pelo documentário *El segundo desembarco. Multinacionales españolas en América Latina* não deixa dúvidas: a mídia espanhola, capitaneada por *El País* e Grupo Prisa, opera como guarda pretoriana midiática do grande capital ibérico no continente. Atraídos pela privatária neoliberal que antecedeu a maioria dos governos progressistas, os bancos Santander, BBVA e Bankia, juntamente com Telefónica, Repsol, Iberdrola, Endesa e Gas Natural Fenosa, realizam simbolicamente o “segundo desembarque” espanhol nas Américas, empreendendo o truculento saque dos mercados de serviços e de recursos naturais. Não é de estranhar-se que, eventualmente, tais interesses coincidam com os de grupos nacionais engajados na desestabilização de regimes democráticos, e a eles se associem em tal empreitada.